

# RESOLUÇÃO Nº 49/2006 - REVOGADA

(Publicada no Diário Oficial de 22/12/2006)

Alterada pela Resolução nº 24/10.

Revogada pela Resolução nº 43/10, no seu art. 4º.

## Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Conceder, à filial da indústria CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS, a se instalar no município de Camaçari - neste Estado, os seguintes benefícios:

**I** - Crédito Presumido - fixa em 95% (noventa e cinco por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS, nas operações de saídas de revestimentos cerâmicos, e fixar o prazo final de fruição para 31/12/2020, contados a partir do 1º dia do mês subsequente à publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado.

**Nota:** A redação atual do inciso "I" do art. 1º foi dada pela Resolução nº 24 de 24/05/10, DOE de 25/05/10, efeitos a partir de 24/05/10.

#### Redação original, efeitos até 23/05/10:

*"I - Crédito Presumido - fixa em 85% (oitenta e cinco por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS, nas operações de saídas de revestimentos cerâmicos, pelo prazo de 10 (dez) anos contados a partir do 1º dia do mês subsequente à publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado."*

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 21 de dezembro de 2006.

**JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO**  
Presidente